



DECISÃO Nº: 101/2011
PROTOCOLO Nº: 100982/2011-7
PAT. Nº: 12/2011 – 4ª URT
AUTUADA: RIO PROERG CONSTRUÇÃO E MONTAGEM LTDA.
FIC/CPF/CNPJ: 20.202.795-3
ENDEREÇO: Av. Ângelo Varela, 1123, Alto Alegre, Alto do Rodrigues/RN

EMENTA – ICMS – descumprimento de obrigações tributárias principal e acessórias. Falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares e entrega de Guias Informativas Mensais – GIM intempestivamente. Denúncias ofertadas à luz de robusto conjunto probatório, contra o qual, nem de longe, insurge-se a defesa. Nulidades suscitadas não configuradas. Processo que atende aos princípios constitucionais regentes da espécie. Conhecimento e inacolhimento das razões impugnatórias. Procedência da ação fiscal.

DO RELATÓRIO

1. DENÚNCIA

Conforme se depreende do Auto de Infração nº 145/2011 4º URT, lavrado em 18/05/2011, a empresa acima identificada, já bem qualificada nos autos, em primeira ocorrência, infringiu o disposto no Art. 150, Inciso III do Regulamento do ICMS c/c Art. 130-A, Art. 131, Art. 945, I, Art. 946-A e Art. 946-B, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.640 de 13/11/1997.

Em segunda ocorrência, a empresa identificada, infringiu o disposto no Art. 150, XVIII c/c Art. 578, todos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.640 de 13/11/1997.

Ambas as ocorrências são, respectivamente, em decorrência da empresa não ter recolhido ICMS antecipado devido pela entrada de mercadorias, e por ter apresentado fora do prazo as Guias Informativas Mensais – GIM nos seguintes meses de referências a dezembro/2009 (entregue em 04/03/2010), janeiro/2010 (entregue em 04/03/2010), maio/2010 e junho/2010 (entregues em 20/07/2010), o que tornou a entrega da GIM intempestiva.

Em consonância com a denúncia oferecida, foi sugerida as seguintes aplicações de penalidades seguintes:

Na primeira ocorrência, que se aplique a penalidade prevista no Art. 340, I, alínea “c” do Regulamento do ICMS.

Ludenilson Araújo Lopes
Julgador Fiscal



Para a segunda ocorrência foi sugerida a aplicação da penalidade prevista no Art. 340, VII, "a" do Regulamento do ICMS.

Foram anexados relatórios emitidos pelo sistema da SET relativos à empresa bem como demonstrativos dando conta das apurações mensais do contribuinte, além dos respectivos termos de início e término de fiscalização e relatório circunstanciado.

2. IMPUGNAÇÃO

Contrapondo-se às denúncias, alegou a autuada, através de sua impugnação apresentada tempestivamente, às fls. 18 e 19, que:

- requer a nulidade do presente auto de infração, uma vez que o fisco não discrimina a capitulação do Art. 945, em qual inciso o contribuinte está enquadrado;

- que o referido vício encontra-se presente em todo o auto de infração, onde mesmo ao capitular a infração, esta não detalha em qual hipótese legal encontra-se o contribuinte enquadrado;

- que o valor da multa informado está de forma integral, onde assim, não faz o contribuinte saber ao certo, quais valores estão inclusos no auto de infração;

- requer a nulidade do auto, por haver vício;

Diante do exposto, requer que seja acolhida a sua impugnação, anulando as notificações do presente auto de infração.

3. CONTESTAÇÃO

Instado a contestar a impugnação da autuada, a ilustre auditora fiscal, dentro do prazo regulamentar, conforme fls. 37 a 46 alegou que:

- ao analisar os requisitos estabelecidos pela norma, estão em conformidade aos requisitos constantes no Art. 44, especificados um a um nas fls. 41 a 43;

- que o contribuinte demonstra interesse em obstacular o andamento do processo administrativo tributário, uma vez que todos os requisitos legais estão presentes;

- a autuação baseou-se nos livros fiscais, entrada, saída e apuração do contribuinte;

- que a alegação de que o fisco estaria dificultando a ampla defesa do contribuinte, não merece prosperar;

- que comprovada a legalidade, e por estar o auto de infração em conformidade com os requisitos da legislação pertinente, deve-se mantê-lo, em toda sua integralidade;



Por fim, ratifica todos os termos e atos praticados, mantendo o auto de infração em sua íntegra.

4. ANTECEDENTES

Consta dos autos (fl. 47) que a autuada não é reincidente na prática do ilícito fiscal denunciado.

É o que se cumpre relatar.

DO MÉRITO

Em obediência ao disposto do artigo 110 do RPPAT, analiso inicialmente, o as condições de admissibilidade da impugnação ofertada pela autuada.

Nesse contexto, verifico que os quesitos essenciais foram preenchidos, especialmente, sua tempestividade, o que me impulsiona a dela conhecer.

Quanto ao mérito da questão, nem de longe se pronunciou a defesa, que se limitou a suscitar a nulidade do feito por supostos vícios formais.

Com efeito, a ora impugnante em momento algum nega o cometimento das infrações de que cuida a inicial. Sequer, as coloca em xeque.

Ademais, de acordo com a documentação carreada aos autos pelo ilustre autor do feito, restou incontroverso o cometimento das infrações de que cuida a inicial.

Quanto às preliminares de nulidade suscitada, penso que não podem prosperar. De fato, o processo atende aos princípios regentes da matéria, especialmente, a ampla defesa e contraditório, uma vez que os autos estão devidamente instruídos com relatórios de "Débito Contribuinte", "GIMs", "Extrato Fiscal do Contribuinte" e demais documentos probatórios, propiciando, à autuada, exercer seu amplo direito com a produção da contra prova que julgasse necessárias para se contrapor às denúncias a ela impingidas.

Quem analisa as razões impugnatórias e contempla a instrução do caderno processual, chega a imaginar que aquela se refere algum feito estranho ao presente processo.

A propósito, não se vislumbra qualquer mácula de nulidade que pudesse contaminar o feito de nulidade. A descrição dos fatos estão perfeitas e retratam fidedignamente o fatos ocorridos e comprovados; o enquadramento legal também.



Se não bastasse, os demonstrativos e relatórios que integram a inicial revelam com clareza solar as condutas infratoras da ora impugnantes.

De quebra, às fls. 11 a 13 do caderno processual consta o documento denominado "RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO", onde o ilustre autor do feito descreve, com tinta grossa, e com detalhes todo o contexto em que transcorreu a presente ação fiscal, que culminou a autuação do ora impugnante.

Destarte, pelo acima exposto e por tudo mais que do processo consta, rejeito as preliminares suscitadas pela defesa, por não vislumbrar a mínima condição de agasalhá-las.

DA DECISÃO

Isto posto, e considerando tudo o mais que do processo consta, especialmente, o teor da impugnação e da contestação, ***JULGO PROCEDENTE*** o Auto de Infração lavrado contra a empresa RIO PROERG CONSTRUÇÃO E MONTAGEM LTDA., para impor à autuada a aplicação da penalidade, do Auto de Infração, na Ocorrência nº 01, prevista pelo Art. 340, I, "c" do RICMS aprovado pelo Decreto nº 13.640/97, que regulamentou a Lei 6968/96 e para Ocorrência nº 02, a aplicação da penalidade prevista no Art. 340, VII, "a" do referido RICMS. Portanto, o valor histórico das penalidades das duas ocorrências juntas é de R\$ 7.341,15, sujeitando-se, por conseguinte, aos acréscimos monetários previstos pelo Art. 133 do mesmo instrumento regulamentador, sem prejuízo da cobrança do imposto no valor de R\$ 6.461,15, perfazendo um crédito tributário total, valores históricos, de R\$ 13.802,30 (treze mil oitocentos e dois reais e trinta centavos).

Remeto os autos à 4ª URT, para ciência das partes e adoção das demais providências legais cabíveis.

COJUP, Natal, 12 de agosto de 2011.

Ludenilson Araújo Lopes
Julgador Fiscal